

Ata número nove

ATA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018

Aos 20 dias do mês de dezembro dois mil e dezoito, pelas 18:00 horas na Sala da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a reunião, sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Paulo Gabriel Esteves Borralhinho, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segundo secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista Partido Socialista - PS:

Licínio Fernandes Benedito, Joana Gabriela Clara Quelhas, José Carrola Feliciano, Luís Miguel Gomes de Jesus, Pedro Miguel Fonseca Catalão e Manuel Firmino Cameira

Da lista Trabalho, Verdade e Mudança - PPD/PSD.MPT:

José Carlos Dias Duarte Gonçalves, António Luís Nave d'Elvas, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos e Patrícia Isabel de Elvas Eusébio

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

José Alberto Pires Gonçalves

Estiveram também presentes nesta reunião, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, José Pereira Carrola Mariano, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Daniel Trindade Torrão, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, David Alves Martins Velho.

Tomada a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças. Deu por aberta a sessão e passou a ler a ordem de trabalhos, que vai constar em pasta anexa e de seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

Face ao referido deu-se início ao cumprimento do ponto.

1 - Aprovação da ata da sessão anterior

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

3 - Período de antes da Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia

4.1. - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;

4.2. - Apresentação, Discussão e Deliberação da Fixação da taxa de participação variável do IRS, nos termos do artigo 20º da Lei das Finanças Locais;

4.3. - Apresentação, Discussão e Deliberação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem

4.4. – Apresentação, Discussão e Deliberação do Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação das taxas para o ano 2019

4.5. – Apresentação, Discussão e Deliberação do Protocolo de Geminação/Irmanação entre os Municípios de Belmonte e a Prefeitura de Colatina (Brasil)

4.6. – Apresentação, Discussão e Deliberação do Plano de atividades e orçamento da EMPDS

Belmonte, EM

4.7. – Apresentação, Discussão e Deliberação do Contrato Programa EMPDS Belmonte, EM

4.8. – Apresentação, Discussão e Deliberação da Informação Económica Financeira Semestral do Município de Belmonte (1º Semestre)

4.9. – Apresentação, Discussão e Deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019

4.10. - Apresentação e Discussão do Mapa de Pessoal 2019

4.11. – Apresentação, Discussão e Deliberação do "Contratação de Empréstimo a Curto Prazo 2019" - Relatório final

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

1 - Aprovação da ata da sessão anterior

O Presidente da Assembleia informou que a ata de 07 de setembro de 2018 e a ata de 10 de outubro de 2018, não serão submetidas a votação da aprovação, devido ao fato de ainda ser necessário proceder a "correções".

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

O Presidente da Assembleia informa que se vai passar ao período de intervenção dos Municípes pelo que dá a palavra aos municípes interessados.

O Presidente da Assembleia informou que tendo em conta que não há pedidos de intervenção de Municípes se iria dar continuidade à sessão da assembleia.

3 - Período de antes da Ordem do Dia;

O Presidente da Assembleia questiona os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

O Presidente da Assembleia tomou a palavra para apresentação de uma moção sobre a Não Existência de Fibra Ótica na Freguesia de Caria, apresentada na Assembleia de Freguesia de Caria na sua reunião ordinária de 26 de setembro de 2018, que abaixo se transcreve integralmente.

“Moção

Não Existência de Fibra Ótica na Freguesia de Caria

Considerando que a Freguesia de Caria, no concelho de Belmonte é composta por três localidades, a Vila de Caria, sede de Freguesia, e as Aldeias de Monte do Bispo e de Malpique, com cerca de 1921 habitantes.

Considerando que ao longo dos anos a população tem suportado a má ligação de acesso à rede de telecomunicações existente na freguesia e que as aldeias de Malpique e de Monte do Bispo não dispõem sequer de ADSL e dado que a cobertura de rede móvel é insuficiente não conseguindo pelo menos 3G em grande parte da área.

Considerando que mesmo em Caria, que detém a cobertura de ADSL e de dados móveis, o acesso à internet é feito com velocidades diminutas e muito reduzido para as necessidades da população.

Considerando que existem empresas que dependem de ligações de internet com velocidade suficiente e constante para trabalhar e têm muitas vezes dificuldades em laborar num continua um razoável, pois verificam-se falhas e interrupções de ligação.

Considerando que já há muito tempo que a Freguesia de Caria tem a promessa da chegada da fibra ótica e da igualdade de acesso em relação às grandes cidades.

Considerado que são por de mais evidentes as vantagens do acesso à rede de telecomunicações através da rede fibra ótica e permanecendo instalada a referida rede nas imediações da freguesia (junto à aldeia de Malpique) consideramos que estão reunidas todas as condições para a instalação da mesma em todo o território da nossa freguesia.

Considerando que não se compreende que parte do Concelho de Belmonte disponha de fibra ótica e uma parte significativa do mesmo esteja ainda privada de aceder à rede nas mesmas condições dos restantes habitantes.

Considerando que quer ao nível do acesso às redes quer a outros serviços disponibilizados pelos operadores, os Habitantes da Freguesia de Caria estão claramente desfavorecidos, uma vez que acabam por ser “obrigados” a contratar, por não existir mais nenhuma alternativa, serviços com uma qualidade inferior com preços superiores.

Considerando que foi proposto, pela população presente na reunião ordinária do dia 26 de setembro de 2018 da Assembleia de Freguesia de Caria, que realizasse as diligências necessárias para que o acesso à fibra na freguesia por parte da população pudesse ser uma realidade.

A Assembleia de Freguesia de Caria na sua reunião ordinária de 26 de setembro de 2018 deliberou o seguinte:

1. Exigir às autoridades competentes que sejam efetuadas todas as diligências para a instalação da rede de fibra ótica em todo o território da Freguesia.

2. Enviar a presente moção a Sua Excelência o Ministro do Planeamento e Infraestruturas, à Assembleia Municipal de Belmonte, à Câmara Municipal de Belmonte, à Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) e Altice Portugal e divulgá-la nos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais e no sítio da Internet da Junta de Freguesia de Caria.”

Assembleia de Freguesia de Caria

18 de dezembro de 2018,

Face à apresentação da moção o Presidente da Assembleia Municipal de Belmonte informa que a presente moção será enviada a Sua Excelência o Ministro do Planeamento e Infraestruturas, à Câmara Municipal de Belmonte, à Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) e Altice Portugal e divulgá-la nos órgãos de

comunicação social locais, regionais e nacionais e no sítio da Internet da Junta de Freguesia de Caria e da Câmara Municipal de Belmonte.

Após apresentação da moção o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que a moção sobre a “Não existência de fibra ótica na freguesia de Caria”, foi aprovada por unanimidade dos presentes na votação.

O Presidente da Câmara informa que logo que se encontrassem terminados os trabalhos que estão a ser efetuados na rede em Belmonte, iriam passar para Caria numa 2ª fase, mas não lhe foi comunicada a data em que esta se iniciaria.

José Gonçalves (CDU), solicita a palavra apresenta uma declaração política que se transcreve e que será arquivada em pasta anexa;

“Declaração política

O resultado das políticas de direita em Portugal conduziu o seu Interior à perda e envelhecimento da população. Os Jovens procuram noutras regiões e países o que aqui lhes é negado - emprego com direitos, serviços de saúde e ensino de qualidade. As políticas de direita, acentuaram o esvaziamento e a desqualificação de serviços públicos como o serviço postal, os postos da GNR, o encerramento de escolas, a degradação da linha férrea e transportes rodoviários, enfim, acelerou a desertificação humana nesta região.

Sabemos que não são com medidas paliativas, como a criação de uma Secretaria de Estado em Castelo Branco que se vai desenvolver a região e fixar população. São necessárias políticas concretas na criação de emprego de qualidade, na agricultura, indústria e serviços.

É necessário cumprir o preceito constitucional de fazer a regionalização, em que todos tenhamos a oportunidade de eleger e ser eleitos, participar no debate do nosso futuro coletivo e pedir contas sobre a gestão dos recursos públicos.

É necessário e urgente acabar com as portagens nas ex-SCUT's- A23 e A25, facilitando a mobilidade e redução de encargos aos cidadãos e empresas.

Estamos confiantes num futuro melhor. Os trabalhadores e o povo de Belmonte também já demonstraram que sabem defender os seus direitos, como aconteceu recentemente com a defesa dos CTT.

A CDU, tem propostas e projetos, baseada numa política patriótica e de esquerda, que não se submete às imposições do empobrecimento do Povo.

A concretização de uma alternativa política ao atual rumo de desastre para que o País tem sido conduzido nos últimos 38 anos, constitui um imperativo nacional e exigência patriótica.

Uma alternativa que tem na política patriótica e de esquerda a base essencial de concretização, assente em seis direções fundamentais:

- *renegociar a dívida, rompendo com o garrote que ela constitui ao desenvolvimento soberano de Portugal;*

- *promover e valorizar a produção nacional e recuperar para o controlo público os sectores e empresas estratégicas, designadamente do sector financeiro;*
- *valorizar os salários e rendimentos dos trabalhadores e do povo e assegurar o respeito pelos direitos;*
- *defender os serviços públicos e as funções sociais do Estado, designadamente o direito à educação, saúde e proteção social;*
- *adotar uma política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores, das pequenas e médias empresas e tribute em conformidade os rendimentos do grande capital, os lucros e a especulação financeira;*
- *rejeitar a submissão às imposições do Euro e da União Europeia recuperando para o País a sua soberania económica, orçamental e monetária.*

A política patriótica e de esquerda que o PCP e a CDU propõem, exige, entre outras, pôr fim aos ataques às políticas sociais (saúde, educação, segurança social, cultura) e a progressiva liquidação de direitos e das condições de vida da população, tem como um dos eixos centrais, “defender e recuperar os serviços públicos e as funções sociais do Estado.”

Vamos entrar em mais um ano com a confiança que vale a pena lutar.

Que estamos no lado certo, ao lado dos trabalhadores e do Povo.

A todos desejamos Boas Festas e um Ano Novo melhor, essencialmente feliz!

Patrícia Eusébio (PPD/PSD.MPT), solicita a palavra para informar que no seguimento dos assuntos aqui abordados e após ter sido publicado na página da Play Belmonte, bem como na comunicação social de que o interior está visto como o futuro luxo do século XXI.

É bom que quem governa olhe para o Interior, sob o ponto de vista de melhorar as nossas condições, esperando que este luxo não venha a complicar o custo de vida para quem reside no Interior, focando-se apenas no turismo, mas as iniciativas que a população e o executivo tiveram na luta do CTT até ao momento têm dado frutos, uma que vez que os CTT ainda estão em funcionamento, assim como a reversão do alongamento do horário de funcionamento da GNR de Caria.

Prova que vale a pena lutar mostrando que estamos aqui e quem está no governo perceba a importância do Interior.

Amanhã vai haver um movimento denominado “coletes amarelos”, que vai reivindicar a isenção das portagens na A23 essencial para os concelhos do interior.

José Mariano Presidente da União de Freguesia de Belmonte e Colmeal, solicita a palavra para informar que na última reunião da Assembleia Municipal abordou o assunto da criação de uma equipa de sapadores florestais.

Tem conhecimento que não possuem as condições conforme determina a lei, no entanto, fez chegar ao senhor Ministro e ao senhor Secretário de Estado de vários ofícios e, só recentemente o chefe de gabinete do senhor Secretário de Estado respondeu.

A resposta que recebeu foi que não tinha a área definida, pelo que continua sem entender o motivo de uma associação de um concelho limítrofe se candidatar ao concelho de Belmonte e à mesma é atribuída uma equipa de sapadores florestais.

No entanto estará atento ao trabalho que vai desenvolver esta equipa de sapadores florestais.

Teve conhecimento através do senhor Presidente da Câmara Municipal que a CIMBSE iria ter três equipas de sapadores florestais, em que uma das equipas iria ser sediada em Belmonte, mas iria abranger seis concelhos, o que o muito o surpreende!

Porque uma equipa de cinco homens para seis concelhos não se compreende qual o papel que irá desenvolver.

Essa equipa custa a cada Câmara Municipal 1.000,00 euros mensais, é verdade?

Encontra-se preocupado com os incêndios florestais, mas muito mais preocupado com as ocorrências de dia 14 de outubro com tempestade que “varreu” a zona marítima, mas felizmente não passou por esta zona.

Há uns anos ocorreu uma tempestade em Carvalhal Formoso que devastou um pavilhão e, também há uns anos a estrutura do Gimnodesportivo de Belmonte caiu!

Suponham que estaria cheio de gente, estará o concelho preparado para uma eventual situação deste tipo ou parecida?

Pelo que deixa um alerta e uma preocupação ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que a organização seja melhorada.

Quanto à questão da iluminação de Colmeal da Torre foi muito fraquinha

O Presidente da Câmara tomou a palavra para responder aos assuntos apresentados:

- Ao sr. Presidente da União de Freguesia de Belmonte e Colmeal informa que existe um plano municipal de proteção civil, que está aprovado e felizmente não houve necessidade de o aplicar.

- Relativamente á iluminação esclarece que o processo de substituição de iluminarias ainda não se encontra concluído e a iluminação de Natal colocada em Belmonte e nas outras freguesias custou 40.000,00 euros.

Luís d'Elvas (PPD/PSD.MPT) solicitou a palavra para proceder à sua intervenção.

Estamos no final de mais um ano civil é por isso talvez a altura apropriada para nos questionarmos sobre aquilo que são os desafios dos nossos tempos, assim como os desafios que se colocam ao poder local.

As migrações, a fome, a desertificação do mundo, aquilo que são as questões ambientais sobre as quais nos preocupamos diariamente e naturalmente não podemos ser alheios.

Os desafios do poder local são aqueles que se adequam certamente à sua dimensão, não esquecendo os da questão ambiental, energética e de uma boa governação local.

Os desafios que se nos colocam, são os de não empobrecer o território com a partida de serviços públicos e, nesse sentido é da opinião de que se deve tentar evitar que o território se esvazie de serviços públicos e, podermos avaliar aquilo que é o impacto da sua perda na nossa população.

É de opinião que sobre esse aspeto temos andado algo mal, tendo andado a reboque dos acontecimentos não sendo pró-ativos.

Antevê-se um ataque maciço àquilo que é o serviço público no nosso concelho e em todo o Interior, deveremos agir de uma forma pró-ativa fazendo uma avaliação, agindo naquilo que seja necessário agir, não agindo já com os fatos consumados.

Em 2013 um dos índices que medem aquilo que é a qualidade da governação local, o índice de transparência municipal, que tem uma análise sobre 76 indicadores daquilo que são os índices de governação classificava o nosso Município numa posição muito triste.

Em 2014 quando se avalia os dados de 2013 do índice de transparência municipal, o Município de Belmonte aparecia no lugar 303.

Nessa altura em face deste resultado daquilo que era a avaliação comparativa dos Municípios neste aspeto, o sr. Presidente da Câmara Municipal na Ata da Assembleia Municipal de Belmonte, na sessão ordinária de 18 dezembro de 2014 em resposta ao Deputado Fernando Proença que passa a citar “confessa vergonha e assume a responsabilidade dos resultados, estão a trabalhar para melhorar a situação. Existe uma equipa especializada a trabalhar no conteúdo da página da internet e espera brevemente melhoramentos a todos os níveis com a apresentação de regulamentos, contas, deliberações e muitos outros aspetos. No entanto fica de forma pública um pedido sincero de desculpas pela imagem menos boa do concelho que foi transmitida.”

Dai para cá, em 2014 descemos uns quantos lugares ficando em 308 lugar dos Municípios.

Em 2015 ficamos em 260, em 2016 ficamos em 293 e em 2017 no 295 lugar.

Na última reunião da Câmara Municipal realizada a 19 de abril de 2018 onde o assunto é tratado e que passa a citar “O Senhor Presidente Dr. António Pinto Dias Rocha, retomou a palavra para responder à questão sobre o Índice de Transparência Municipal, dando nota que os resultados deste ano já serão mais favoráveis, uma vez que o Município em anos anteriores não tinha, mas tem já atualmente acompanhamento permanente do site, onde estão a ser inseridos todos os dados importantes, como Atas, Regulamentos, estando assim convicto que este ano os dados já serão substancialmente melhores. Está convicto que este ano os lugares serão substancialmente melhores.”

Este ano não melhoramos este índice, pela simples razão de que o índice não vai ser publicado referente ao ano de 2018, não haverá avaliação do Índice da Transparência municipal, pelo que não poderemos avaliar se melhoramos, mas, ao invés em novembro de 2018 a Fundação Francisco Manuel dos Santos apresenta um estudo mais abrangente que inclui também este Índice de Transparência Municipal em vários domínios e vários setores, avaliando aquilo que é a qualidade da governação local nos Municípios e, no seu preambulo a Fundação Francisco Manuel dos Santos diz:

“Má governação aparece usualmente associada a baixos níveis de participação, á falta de transparência e favoritismo nos processos de decisão, á ausência de critérios de qualidade e de boa gestão na participação dos serviços públicos, a fracos desempenhos socioeconómicos ao nível local ou em última análise a elevados níveis de informalidades e corrupção.”

Quando se propõe analisar a qualidade da governação através de um índice que é comparativo entre Municípios diz ainda que “a qualidade da governação local passa por medir não só a qualidade dos serviços, mas, também as melhorias na qualidade de vida dos cidadãos e nos processos de governação.”

A conceção deste instrumento de medição comparativo entre Municípios acabou por recair na conceção da qualidade pela qual se optou, acabando por ser uma adaptação da proposta inscrita em determinados académicos e, que analisa alguns

índices de voz e estabilização política, eficácia governamental, acesso ao mercado de regulamentação, estado de direito e prevenção com o controle da corrupção.

É com alguma tristeza que avaliados os Municípios Portugueses segundo o prisma equitativo de todos, o Município de Belmonte continua a obter uma má qualificação.

Aliás não é agradável, tal como não foi agradável em 2014 termos tido este desempenho e que os jornais chumbem alguns municípios, nomeadamente 22 Municípios e, que o Município de Belmonte seja também chumbado no prisma comparativo da avaliação da boa governação autárquica em Portugal.

Nas dimensões que o estudo avalia, o Município de Belmonte na dimensão "A" na voz do cidadão e na prestação de contas aparece como fraco.

Na dimensão "B" a estabilidade política Belmonte aparece num dos primeiros lugares, em quinto lugar a nível nacional.

Ainda sobre o estudo, este avalia em 4 avaliações base de líderes bons, capazes e fracos e, na dimensão "B" somos líderes, temos estabilidade política, mas sobre a dimensão "C" a de eficácia governamental dizer que somos capazes, mas um pouco fracos.

Sobre a dimensão "D" o acesso ao mercado de regulamentação, aí também aparecemos com boa classificação e somos o décimo primeiro a nível nacional.

Este índice reflete aquilo que é competitividade, as tarifas dos serviços municipais, se pagamos muita ou pouca água, as receitas municipais, portanto é um índice onde estamos bem classificados.

Depois naquilo que é o estado de direito e prevenção com o controle da corrupção, somos absolutamente arrasados pelo índice que nos acaba por classificar como fraco.

Quero com este meu contributo desejar que se olhe para este estudo com alguma preocupação, para que no próximo ano quando a Fundação Francisco Manuel dos Santos voltar a apresentar o estudo do mesmo teor possamos ter o orgulho de vir aqui dizer que estamos finalmente bem classificados.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para comunicar ao sr. Luís D'Elvas que verifique os índices de transparência de 2018, porque os critérios não eram corretos, pelo que tiveram de ser alterados.

Quem é que garante que estes critérios da Fundação Francisco Manuel dos Santos estarão corretos?

O índice diz que se vive mal em Belmonte, será?

Sabemos que há situações de pobreza, mas não estamos atentos a essas situações e não ajudamos?

A Santa Casa da Misericórdia de Belmonte não faz um trabalho excelente na ajuda os mais desfavorecidos, fornecendo alimentação, vestuário a alguns?

O nível de vida do nosso concelho é assim tão baixo relativamente aos concelhos limítrofes?

Vamos aguardar pelos dados de 2021 em termos demográficos, estando convicto que Belmonte continua a perder gente, mas pouco.

Estamos a trabalhar para cada vez prestar melhores serviços á população, pelo que desafia os membros da Assembleia e cidadãos que digam o que deve ser feito para melhorar os índices que estão mal.

Não havendo mais assuntos a tratar no período antes da ordem do dia o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte.

4 - Período da Ordem do Dia;

4.1. - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;

O Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Câmara que informa não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção a qual se transcreve:

Após várias recomendações efetuadas por esta Assembleia, no sentido da manutenção/reparação da rede viária, não vislumbramos qualquer intervenção para garantir a segurança de quem nela circule.

Além de outras situações já reportadas, existe nesta época outra agravante. Por motivo da mudança da hora, anoitece mais cedo, o que causa maior número de utentes nas estradas (saída do emprego).

Como tal, recomendamos a aplicação de marcas rodoviárias para favorecer a legibilidade da estrada, definindo as zonas da faixa de rodagem para garantir uma melhor orientação visual dos utentes dessas vias.

Também, salvaguardar perante a Infraestruturas de Portugal, a responsabilidade pela conservação/reparação das estradas do concelho, nomeadamente a estrada de ligação a Maçainhas, pois circulam diariamente nesta estrada vários veículos pesados, devido aos trabalhos da Linha da Beira Baixa.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que já falou com as Infraestruturas de Portugal.

Em relação à colocação de faixas de rodagem não está previsto fazer obras este ano, porque estão a decorrer as obras na via-férrea.

Informou que se encontrou com o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas Pedro Marques, tendo ficado de agendar um encontro para no início do ano, mas o próprio lhe deu conhecimento que está atento.

Informou o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas que vamos ficar com a linha da Beira Baixa recuperada e eletrificada, mas, vamos ficar com estruturas de atravessamento desta via-férrea do século XIX, esperando que tenha estas em atenção.

Em Belmonte também temos outro problema que é não poderem ser feitas candidaturas para novas vias no programa de apoios financeiros 2020, porque a Comunidade Europeia não o permite, tendo de ser suportadas pela Câmara Municipal ou pelo Governo, mas espera ter apoio do Governo.

Está a decorrer outra iniciativa que é a ligação do Sabugal ao nó de Maçainhas através de um IC que quase tinha desaparecido, tendo começado a ser construído do

lado Sabugal, mas esta custa muito dinheiro pelo que aguarda como as Infraestruturas de Portugal a enfrenta.

Para Belmonte seria benéfica esta ligação ao Sabugal e vamos tentar ter uma ligação a Belmonte via Pereiras.

4.2. – Apresentação, Discussão e deliberação da Fixação da taxa de participação variável do IRS, nos termos do artigo 20º da Lei das Finanças Locais;

O Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- CERTIDÃO -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

3) PROPOSTA DE IRS -----

----- À semelhança do ano anterior foi proposto manter em 2,5% a taxa de participação variável do IRS, por forma a não penalizar as famílias. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, remeter para deliberação por parte da Assembleia Municipal a proposta ora apresentada.** -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 6 de dezembro de 2018. -----

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que em relação a esta matéria subscrevemos a proposta apresentada e a bancada do PPS/PSD vai votar favoravelmente.

José Gonçalves (CDU), solicitou a palavra para ler a respetiva declaração de voto que será transcrita integralmente e arquivada em pasta própria:

“Declaração voto

Fixação da taxa de participação variável do IRS.

A Câmara Municipal de Belmonte aprovou por unanimidade, novamente, no seu Executivo Municipal a proposta de abdicar de 2,5% do IRS cobrado no Concelho.

Esta verba, que devia ser aplicada no bem comum, reverte para os bolsos de alguns, os mais favorecidos, sendo, portanto, uma medida injusta do ponto de vista social.

Assim, recordamos os argumentos que tem levado a CDU a votar contra esta medida.

Apesar dos tímidos avanços no OE para 2019, é urgente que se faça justiça social, especialmente sobre os rendimentos do trabalho.

A CDU discorda que impostos de âmbito nacional sejam reduzidos à custa das contas municipais.

A CDU sabe que a gestão municipal não é fácil e que tem custos fazer obra necessária para responder às necessidades da população.

Assim sendo, por parca que seja a verba recolhida com a participação do IRS é, sem dúvida, uma das fontes que os Municípios possuem para os seus orçamentos.

Como já em outros anos referimos, o peso da verba dos beneficiários da medida, ora proposta, não é significativa para as famílias, porém ela pode ser usada no seu conjunto, em benefício coletivo.

Perante o exposto a CDU recomenda à Câmara que retire esta proposta e que aplique a totalidade da verba recolhida com o IRS no concelho de Belmonte, na sinalização horizontal das vias rodoviárias que pelo estado de degradação em que se encontram, colocam em causa a segurança rodoviária."

Pedro Catalão (PS), tomou a palavra para informar que em relação à proposta apresentada a bancada do PS vai votar favoravelmente.

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 1 voto contra (CDU) e 18 votos a favor, pelo que **a Fixação da taxa de participação variável do IRS**, foi aprovada por maioria dos presentes na votação.*

4.3. – Apresentação, Discussão e Deliberação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem

O Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- **CERTIDÃO** -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 31 de outubro de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

4) PROPOSTA - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM -----

----- Foi presente proposta de fixação da taxa municipal dos direitos de passagem para 2019 em 0%, à semelhança do que sucedeu no ano anterior. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, remeter para deliberação por parte da Assembleia Municipal a proposta ora apresentada.** -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 06 de dezembro de 2018. -----

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que em relação à proposta apresentada a bancada do PPS/PSD vai votar favoravelmente.

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que em relação à proposta apresentada a bancada do PS vai votar favoravelmente.

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 0 voto contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que **a Taxa Municipal de Direitos de Passagem**, foi aprovada por unanimidade dos presentes na votação*

4.4. – Apresentação, Discussão e Deliberação do Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação das taxas para o ano 2019

O Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- CERTIDÃO -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 31 de outubro de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

2) PROPOSTA DE TAXA DE IMI (IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS)

----- Foi presente proposta no sentido de manutenção das taxas de IMI de 2019, ou seja 0,8% para prédios rústicos e 0,3% para prédios urbanos. Constando ainda, da referida proposta: -----

----- A majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, que tenham pendentes notificações municipais de intimação ao abrigo do n.º 2 do art.º 89º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro para a realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas. -----

----- Elevar para o triplo a taxa prevista, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em diploma próprio; -----

----- Nos termos do n.º 1 do artigo 112º do Código do imposto Municipal sobre móveis, a redução levando em consideração o número de dependentes a cargo. -----

----- **Após alguma troca de impressões, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os valores propostos para Taxa de IMI e submeter os mesmos a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12/09.** -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 06 de dezembro de 2018. -----

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que está referido quem é o Vereador que fará parte deste órgão do concelho Municipal de Segurança e que é senhor Vereador Luís António Almeida.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que em relação à proposta apresentada a bancada do PPS/PSD vai votar favoravelmente.

José Gonçalves (CDU), solicitou a palavra para ler a respetiva declaração de voto que será transcrita integralmente e arquivada em pasta própria:

“Declaração voto

Imposto Municipal sobre Imóveis

A CDU mais uma vez declara que é essencial para as autarquias a cobrança de impostos, pois, a partir daí, se garantem as funções e as responsabilidades perante os cidadãos.

Analisada a proposta do IMI para o ano de 2019, a CDU declara que não pode votar favoravelmente.

Se por um lado, reconhece que o proposto na generalidade apresenta valores razoáveis, por outro, a CDU declara uma discordância total, pois não é justo que resulte do número de dependentes do agregado familiar a fixação de um imposto que deve ter como referência o valor do respetivo imóvel.

Isto é, mais uma vez, a CDU discorda que seja feita justiça fiscal à custa de uma verba municipal que deve ser aplicada em benefício coletivo.”

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que em relação à proposta apresentada a bancada do PS vai votar favoravelmente.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para esclarecer ao sr. José Gonçalves que na questão do agregado familiar não se está a favorecer quem tem mais rendimentos com esta proposta, está é a tentar manter a população.

Nos contatos que tem tido com as Finanças estes 2,5% é significativo e um incentivo para as famílias.

Em relação às empresas poderá haver um apoio de isenção do I.M.I. durante nove anos.

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 1 voto contra (CDU) e 18 votos a favor, pelo que **o Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação das taxas para o ano 2019**, foi aprovada por maioria dos presentes na votação.

4.5. – Apresentação, Discussão e Deliberação do Protocolo de Geminção/Irmanação entre os Municípios de Belmonte e a Prefeitura de Colatina (Brasil)

O Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- CERTIDÃO -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

A.3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.12) PROPOSTA DE PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO/IRMANAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BELMONTE E A PREFEITURA DE COLATINA (BRASIL) -----

----- Foi presente à Reunião de Câmara Proposta de Protocolo de Geminção e Irmanação entre o Município de Belmonte e a Prefeitura de Colatina, considerando os laços de amizade e cooperação existentes entre os dois Povos. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a Proposta de Protocolo de Geminção e Irmanação entre o Município de Belmonte e a Prefeitura de Colatina e remeter para aprovação da Assembleia Municipal.** -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 11 de dezembro de 2018. -----

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha solicitou a palavra para informar que a Prefeitura de Colatina é a maior no estado da Baía, sendo esta cidade a que se dedica às confeções.

Pelo que a Prefeitura de Colatina julgou ser motivo para estarem ligados a Belmonte, tendo em conta a referências que existem.

O Perfeito teve a amabilidade de nos visitar, pelo que esperamos recebe-lo para confirmar a geminação com a Vila de Belmonte nas festas do concelho.

O Perfeito ficou admirado por Belmonte ser a terra de Pedro Álvares Cabral, pois julgava que era da classe do povo e que tinha nascido em Lisboa, tendo desafiado Belmonte a fazer esta geminação.

Assim, propõe á Assembleia que delibere a aprovação da geminação com a Prefeitura de Colatina tendo em conta o acordo feito a quando da sua visita.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que em geral os pressupostos que estão por trás destes protocolos de geminação são numa perspetiva e com o objetivo de trazer algo a ambas as partes, quer no ponto de vista da cultura, das tradições e também numa perspetiva sob o ponto de vista de valorização económica.

Não são favoráveis a processos de geminação, só por ter mais um protocolo, mais um acordo e, muitas vezes aquilo que colocamos em causa é de fato depois os resultados obtidos e visíveis.

Em relação à proposta apresentada a bancada do PPS/PSD vai votar favoravelmente.

José Gonçalves (CDU), tomou a palavra para informar que deseja que esta geminação promova a identidade e incentive a cooperação entre Belmonte e Colatina, se criem/reforcem laços históricos e culturais, assim como boas relações a nível comercial e industrial, pelo que a bancada da CDU vai votar favoravelmente.

Manuel Cameira (PS) tomou a palavra informar que estas geminações são sempre uteis, pelo que a que a bancada do PS vai votar favoravelmente

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 votos a favor, pelo que o **Protocolo de Geminação/Irmanação entre os Municípios de Belmonte e a Prefeitura de Colatina (Brasil)**, foi aprovada por maioria dos presentes na votação.*

4.6. – Apresentação, Discussão e Deliberação do Plano de atividades e orçamento da EMPDS Belmonte, EM

O Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- **CERTIDÃO** -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 31 de outubro de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

A.3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.16) EMPDS BELMONTE E.M. - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2019 -----

----- Pela EMPDS - Belmonte, EM, foi presente Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2019. -----

----- **A Câmara Municipal, nos termos do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31/08, delibera por unanimidade aprovar e remeter para apresentação e discussão da Assembleia Municipal o Plano de Atividades e Orçamento da EMPDS para 2019.** -

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 11 de dezembro de 2018. -----

Luís d'Elvas (PPD/PSD.MPT) solicitou a palavra informando que o texto que é apresentado tem algumas relações, que são contraditórias com aquilo que é não só o que está escrito, mas também com aquilo que é a análise do próprio executivo.

Refere o texto apresentado na sua parte introdutória que 2018 foi um ano de muito sucesso, tendo atingido 104.000 entradas nos espaços museológicos.

A contradição aqui é que em 15 de novembro de 2018, na reunião do executivo é dado conta por parte do Sr. Presidente da Câmara que nesta reunião do executivo "foram apresentados dados referentes ao número de visitantes á rede de museus do concelho e, que apontam para um decréscimo face ao período homólogo do ano passado.

António Dias Rocha sublinhou que não ficou agradado com a situação e vai procurar conhecer os motivos junto do Presidente da EMPDS.

Ouve um decréscimo do número de visitantes do terceiro trimestre e, fico surpreendido com isso porque vejo sempre muita gente na rua", cita o Sr. Presidente da Câmara a propósito desta diminuição."

No ano seguinte diz ainda a EMPDS que, dado o sucesso que foi aparentemente contraditório com a análise do executivo, se prevê ainda que saia reforçada aquilo que é a estratégia deste Conselho de Administração e prevê que para fazer face aquilo que são os compromissos 2019 tenha no seu orçamento 230.000,00 euros de receitas no espaço museológico.

O que significa serem necessários 200.000 visitantes para perfazer este orçamento.

Na sua opinião estes números não são inexecutáveis e, portanto não são credíveis de poderem ser concretizáveis

Realça que neste plano de atividades foram retiradas aquilo que no ano passado foi considerado uma proposta ridícula, portanto espera ter contribuído com aquela iniciativa, de que haveria âmbito para a EMPDS que não se enquadrava.

Em 18 de novembro de 2014, em entrevista á rádio cova da beira disse que, Belmonte tem a obrigação de liderar um consórcio que permita estudar a possibilidade do marraníssimo ou criptojudáismo, seja transformado em património imaterial da UNESCO.

A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal têm obrigação de pelo menos estudar essa possibilidade, que a concretizar-se transformaria Belmonte numa potência cultura a nível regional, nacional e também mundial.

Analisado o que aqui é proposto, a EMPDS a dada altura da sua proposta de orçamento refere, continuação de um estudo e recolha documental com a equipa para a candidatura à UNESCO do segredo de Belmonte, potenciando o património cultural do criptojudáismo.

Sr. Presidente em relação a este assunto pode dar alguma explicação?

Há comissão científica, há comissão de honra, há alguém que trate deste assunto, ou é apenas para constar bonito?

Certamente substituindo aquilo que foi a proposta dos casamentos dos 50 anos do ano passado, pelo que a seguir farei uma análise, porque esta é uma questão fulcral saber em que ponto se encontra e se é efetivamente uma proposta honesta ou não?

Não há aqui uma proposta que seja mobilizadora, que seja transformadora daquilo que é o panorama e, que possa reverter aquilo que é também o decréscimo óbvio de visitantes a Belmonte e ao espaço museológico.

Esta proposta é de plano e orçamento irrealista e, não é concretizável.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que tinha expresso que ouve um decréscimo no primeiro trimestre, mas que irá informar-se acerca deste.

Tem conhecimento que no quarto trimestre ouve um volume de visitantes extraordinário, de salientar também que os residentes e nascidos no concelho de Belmonte não pagam entrada nos museus e, é uma medida que deve ser mantida.

A proposta referida é honesta e, que o sr. Presidente e o Conselho de Administração da EMPDS também está a pensar em contatos que tem tido com a Rede de Judiarias, no sentido de poder vir a apresentar daqui amanhã, um estudo que deva estar a ser feito sobre o segredo de Belmonte que é o criptojudáismo.

A EMPDS não é organizadora de eventos, foi criada para liderar a manutenção dos museus, acompanhar que nos visita.

Tem as melhores referências de quem nos visita no sentido de que temos uma equipa muito profissional e, que os acompanha em todos os museus que temos, sendo esse o seu grande papel.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que o trabalho da EMPDS fica aquém do que são as expectativas e daquilo que ela poderia

eventualmente realizar, face também á disponibilidade que tem por parte do associado maioritário e único que é a Câmara Municipal e, é neste contexto que obviamente que alertam para esse facto.

Em relação a este documento em concreto, a bancada do PPS/PSD vai votar contra a proposta apresentada.

José Gonçalves (CDU), tomou a palavra para solicitar que não sejam sobrepostas as atividades nas mesmas datas como se tem verificado.

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que há várias formas de elaborar um programa e orçamento para a EMPDS, mas o importante é que seja ambicioso e cumprido.

Quanto á feira tradicional dos enchidos deste ano deixou muito a desejar, uma vez que haviam outras feiras em outros concelhos, pelo que se deve ponderar de forma a que a feira tenha sucesso.

Em relação à proposta apresentada a bancada do PS vai votar favoravelmente.

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 5 votos contra (PPD/PSD.MPT), 1 abstenção (CDU) e 13 votos a favor, pelo que **o do Plano de atividades e orçamento da EMPDS Belmonte, EM** foi aprovada por maioria dos presentes na votação.

4.7. – Apresentação, Discussão e Deliberação do Contrato Programa EMPDS Belmonte, EM

O Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- **CERTIDÃO** -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 31 de outubro de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

A.3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.17) CONTRATO PROGRAMA 2019 - EMPDS BELMONTE E.M. -----

----- Foi presente Contrato Programa 2019, pela EMPDS, Belmonte E.M., o qual tem por objeto a cooperação financeira entre os contraentes, relativos à compensação de

perdas de exploração pela utilização de equipamentos municipais sob gestão da EMPDS
- Belmonte, E.M. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar por unanimidade o contrato programa proposto, nos termos do n.º 5 do artigo 47º da Lei 50/2012, de 31/08, bem como remeter para apresentação e discussão da Assembleia Municipal.**

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 11 de dezembro de 2018. -----

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que este contrato não difere muito daquele que foi do apresentado no ano passado e, na altura tiveram a oportunidade mais em detalhe de apontar algumas das dúvidas e reservas que, em alguns casos foram corrigidas e outras se mantêm, nomeadamente as questões das compensações.

Este é um modelo muito confuso e, provavelmente é por estas pequenas coisas que infelizmente o concelho de Belmonte naquilo que é a transparência dos atos públicos que faz e tem obrigação de fazer está nas posições em que está.

É um modelo muito rebuscado, entende que este contrato programa é necessário e fundamental para o equilíbrio e a existência financeira da EMPDS, mas não concorda com este documento suporte financeiro, pelo que a bancada do PPS/PSD vai votar contra.

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que este orçamento foi baseado neste programa e nestes valores, pelo que a bancada do PS vai votar favoravelmente.

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 5 votos contra (PPD/PSD.MPT), 1 abstenção (CDU) e 13 votos a favor, pelo que o **Contrato Programa EMPDS Belmonte, EM** foi aprovada por maioria dos presentes na votação.*

4.8. – Apresentação, Discussão e Deliberação da Informação Económica Financeira Semestral do Município de Belmonte (1º Semestre)

O Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- **CERTIDÃO** -----

**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:** -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 31 de outubro de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

A.3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.23) CRUZ MARTINS & ASSOCIADA, LDA. – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL -----

----- Datado de 30 de Outubro de 2018, com a ref.^a 181030.1/SF, foi remetida Informação Económica e Financeira Semestral pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Cruz Martins & Associada, Lda. -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a informação financeira prestada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Cruz Martins & Associada, Lda., bem como remeter para conhecimento da Assembleia Municipal.**

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 11 de dezembro de 2018. -----

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que em relação a este documento apresentado obviamente que é um documento técnico da responsabilidade da empresa que faz acessória contabilística à Câmara Municipal e portanto faz boa fé da informação que é disponibilizada face á responsabilidade que a própria empresa tem perante as estruturas públicas de apresentação de contas, contudo há aqui duas ou três notas que levantam algumas dúvidas ou reservas, pelo chama a atenção para com estas, sendo que uma delas tem a ver com a margem disponível de endividamento desta Câmara Municipal que está obviamente dentro dos limites permitidos pela lei, mas, que começa a ser muito curta.

Estamos a falar num endividamento de 572.000 euros, neste momento a disponibilidade financeira de endividamento da Câmara Municipal o que é, fracamente pouco para as necessidades.

Continua a preocupar bastante a dívida às Águas do Zêzere e Côa, no valor de 5.5 milhões de euros, que é um valor muito significativo, pelo que desconhece se o Sr. Presidente tem mais alguma informação sobre o evoluir deste processo que nos preocupa a todos, sabendo que não é só do Município de Belmonte e também diz respeito a outros Municípios, mas também obviamente aquilo que preocupa é a questão de Belmonte.

Depois uma nota que pensa que terá sido ou será uma gralha e, a ser gralha não deixa de ser grave, pois este é um documento oficial com uma grande responsabilidade por parte da empresa que tem a ver com a tabela que é apresentada na página 14.

Estamos a falar da informação financeira até 30 de junho de 2018 e, a tabela que é apresentada, dá valores de 2016 e 2017.

Será que é 2017 e 2018 ou foi só erro de cabeçalho?

Depois também aparece aqui a atribuição de subsídios que aumentaram, devido a algumas transferências para algumas das associações deste nosso concelho, nomeadamente o Centro Social e Paroquia de Colmeal da Torre, que lhe está atribuída uma verba na ordem dos 19.000,00 euros, mas transmite que tomou o cuidado de contatar os responsáveis financeiros e, a verba que a Câmara Municipal transferiu neste ano foram 6.626,72 euros pelo que, parece que também há aqui um equívoco.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para responder ao sr. Deputado José Carlos Gonçalves informando que vai ser analisada a situação do Centro Social e Paroquia de Colmeal da Torre e, que referente á questão da água, acabou de vir da assembleia geral da empresa de Águas do Vale do Tejo e que não há nada de especial.

Que não foi referido nada, a não ser que está previsto para final do ano uma reunião entre os Municípios e as Águas de Portugal, nomeadamente a empresa que gere as nossas águas e, que o governo aprovou um diploma das autarquias às águas.

Pelo que vamos ver o que vai dar e, dos 5,5 milhões, também há uma verba que estamos a reclamar e que não estão regularizadas.

Também estamos a reclamar as infraestruturas que estavam previstas para serem realizadas em Belmonte e não concretizaram, nomeadamente em termos de saneamento.

José Gonçalves (CDU), tomou a palavra para realçar que em relação a essas gralhas, deve haver o cuidado de as verificar e, em relação ao endividamento que preocupa o nível que está a atingir.

No que refere às tarifas das águas, verificou que os escalões referidos nas faturas não são iguais em todas as faturas.

Quando foi lançado a nova página da Câmara Municipal, devia haver um campo onde fosse possível fazer essas reclamações on-line sendo muito mais prático.

4.9. – Apresentação, Discussão e Deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019

O Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- **CERTIDÃO** -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 31 de outubro de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

1) APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 -----

----- Foram presentes à Câmara, para apresentação, discussão e aprovação, os documentos referidos em epígrafe, sobre os quais o Senhor Dr. Pedro Patrício, na qualidade de Consultor na área financeira, a pedido do Senhor Presidente da Câmara Municipal, fez uma breve explicação. -----

O Senhor Vereador Luís António de Almeida, sobre este assunto procedeu à seguinte declaração de voto: -----

----- “Em primeiro lugar, gostaria de realçar e enaltecer o trabalho dos técnicos e colaboradores da divisão financeira, pela qualidade técnica em que nos foram apresentados os documentos relacionados com as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019. -----

----- Embora na prática existam dois documentos distintos, os dois complementam-se e não se podem dissociar. -----

----- A concretização das Grandes Opções do Plano, dependem fundamentalmente da aprovação do Orçamento. -----

----- Conscientes da nossa responsabilidade e da importância destes dois documentos, movida pelo espírito da cooperação, tendo manifestado a minha total disponibilidade para colaborar em todo e qualquer assunto de interesse para o desenvolvimento do Concelho de Belmonte. -----

----- Sempre defendi o espírito de colaboração, uma política aberta, participativa, rigorosa e transparente. -----

----- Para uma boa gestão da Câmara Municipal, o documento de elaboração, apreciação e aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, deve ser um momento de reflexão, debate, e sobretudo de defesa de uma estratégia de futuro para o nosso Concelho. -----

----- Estes documentos são ferramentas financeiras rigorosas, de extrema importância, fundamentais para a sustentabilidade financeira da Autarquia, com fortes implicações na economia das famílias, no tecido empresarial ou no desenvolvimento do nosso Concelho. -----

----- É certo que este documento assenta num conjunto de indicadores contabilísticos, conforme determina o enquadramento legal do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, mas através deles, conseguimos analisar a linha estratégica da ação, do plano de gestão municipal. -----

----- Tendo em linha de conta a defesa dos interesses das nossas populações, tendo uma quota parte de responsabilidade neste executivo e assumindo compromissos para com os cidadãos do Concelho de Belmonte, assumo publicamente que votarei favoravelmente estes documentos.” -----

O Senhor Vereador Amândio Melo, procedeu à seguinte declaração de voto: -----

----- “O meu voto é favorável considerando que , tanto quanto nos foi dito pelo Senhor Presidente, os documentos que nos foram apresentados respeitam e salvaguardam todas as disposições legais e também porque , no meu entendimento, as opções de gestão refletidas nos documentos enquadram-se em estratégias já sufragadas eleitoralmente ,com sucesso, junto das nossas populações e como tal, também pelo respeito que é devido à Democracia, devem ser respeitadas o que não invalida a minha inteira disponibilidade para dar o meu contributo, sempre que possa ser útil e entendido como necessário.” -----

A Câmara Municipal, após alguma troca de impressões, deliberou por unanimidade aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019, ao abrigo da alínea g) do n.º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09. -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 06 de dezembro de 2018. -----

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que esta reunião da Assembleia Municipal é no seu entender a mais importante que temos ao longo do ano.

Jugo e tenho quase a certeza que todos nós que estamos nesta sala, temos o mesmo objetivo, que é contribuir para a melhor qualidade de vida dos munícipes e dos cidadãos deste concelho.

Temos diferenças na maneira de pensar, na maneira de planear, na maneira de executar, na capacidade de intervenção sob o ponto de vista do que são as políticas públicas e, portanto, temos diferenças.

Aliás foram essas diferenças que nos levaram a apresentar á pouco mais de um ano, projetos diferentes á população do concelho de Belmonte, para que ela pudesse optar e escolher qual e, aquele que entendiam que mais consentâneo com aquilo que era a perspetiva e, não temos dúvidas nenhuma disso.

A população escolheu e, deu uma maioria ao atual executivo do PS e, nessa perspetiva obviamente que respeitamos e, consideramos que é isso mesmo que é a democracia.

É apresentar alternativas, apresentar propostas e depois respeitar qual é a opinião e a decisão dos eleitores, neste caso concreto, para que possam aqueles a quem o povo e a quem os munícipes e os eleitores deram essa confiança a possam executar.

Mas também não é por esse facto que nós mudamos de opinião, de maneira nenhuma.

Continuamos com as nossas ideias, continuamos com os nossos projetos e continuamos com as nossas posturas.

Aliás por maior força de razão, pelo respeito que temos pelos eleitores e foram muitos que acreditaram em nós quando fomos falar às terras, quando fomos falar às populações e lhe transmitimos aquilo que pretendíamos ver a fazer.

Portando não mudamos, mantemos as nossas posições e, é questão para dizer que faríamos de forma diferente e, obviamente que este documento que nos é apresentado das grandes opções do plano e do respetivo orçamento que lhe serve de suporte, não é o nosso, não são as nossas opções, não são as nossas ideias e nem é isso que nos compete.

Compete-nos aqui questionar e colocar em causa e apresentar propostas alternativas, mas é ao executivo que compete trazer essa informação.

Em relação em concreto ao documento que nos é apresentado, diria que é claramente um orçamento de continuidade e, é também uma mão cheia de nada.

Continua a transmitir que este executivo sob o ponto de vista de capacidade de realização ao nível de aspetos de cultura, do lazer, do social, da educação, do apoio às nossas associações e coletividades do concelho tem nota positiva.

Depois falha em tudo o resto e, é um documento de ilusões e, a prová-lo neste aspeto das ilusões, tem logo a ver com o valor do orçamento que é apresentado, 9,8 milhões de euros.

Estes nove milhões e 800 mil euros não são exequíveis porque a câmara não tem capacidade para o executar. Ele está empolado no mínimo em 30 por cento. Para conseguir chegar a este valor foi-se buscar receita há receita de bens, que em 2018 era de 600 mil euros e em 2019 é de um milhão e 700 mil euros, o que significa quase três vezes mais, e vai buscá-la às transferências de capital que crescem de dois milhões e 100 mil euros para dois milhões e 500 mil, algo que tem muitas dúvidas que se venha a concretizar.

Desconhece qual o património ou os bens que a Câmara Municipal vai conseguir aumentar para conseguir um aumento de quase 300% em relação á capacidade de receitas de vendas de bens.

Em relação às despesas, duas notas, uma para por um lado justifica, mas, não deixa de trazer aqui o alerta e a preocupação que tem a ver com o aumento de pessoal.

Em 2017 estavam orçamentados e foram executados 1.1 milhões de euros para os recursos humanos, para 2019 estão orçamentados 1.6 milhões de euros, ou seja, um aumento de 40%.

Tem conhecimento que este aumento tem a ver com todo o processo de integração dos precários e, portanto, obviamente que isto vai trazer custos fixos para a Câmara Municipal.

Outra área da despesa que preocupa tem a ver com os juros, pois triplica o valor orçamentado de 26 mil euros em 2017 para 63 mil euros para 2019.

É uma mão cheia de nada sob o ponto de vista o que são as promessas.

Para além disso existem várias rubricas nas grandes opções do plano que tem apenas um euro de dotação orçamental. O único item que tem de fato uma verba significativa é a construção e reparação de caminhos que tem a verba definida de 150.000 euros.

Não se observam grandes avanços nas candidaturas, há ainda fundos comunitários, algumas candidaturas submetidas, mas, muita delas não parece que possam levar a bom porto.

Ainda no que diz respeito aos recursos humanos, esperemos que possa haver uma inversão, mas quer dar nota de que obviamente que a iniciativa e a capacidade têm que partir das chefias, tem que partir do executivo, tem que partir dos senhores Vereadores. É a eles que lhes compete mostrar a capacidade de dinamizar esta autarquia.

O PSD irá votar contra estas grandes opções do plano e respetivo orçamento e, vamos dar liberdade de voto á senhora Deputada Patrícia Eusébio na sua votação.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para responder ao sr. Deputado José Carlos Gonçalves que aquilo que deve preocupar a todos são as 9 primeiras páginas.

Quando se refere que á rubricas de 1 euro é porque não há a certeza das concretizar, mas se estas são referidas é porque estamos convictos de que as vamos concretizar.

Temos uma grande responsabilidade este ano que é acertar as contas com as Águas de Vale do Tejo, não há é a certeza de quanto é que nos vai custar.

Felizmente que temos relações excelentes com a CCDRC e por isso acreditamos que as candidaturas que vamos apresentar e as que já apresentámos poderão concretizar-se. É óbvio que há algumas que podem não ser apoiadas mas estamos confiantes de que o vão ser.

Patrícia Eusébio (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra passando a ler a respetiva declaração de voto que será transcrita integralmente e arquivada em pasta própria:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Aquando reunião preparatória de alinhamento e discussão de ideias entre os membros eleitos pela coligação Trabalho, Verdade e Mudança verificou-se quem nem todos os membros comungam da mesma opinião e em democracia cada um é livre de expressar a sua opinião.

Ademais a Constituição da República Portuguesa, no ponto 1 do artigo 155.º diz claramente que os deputados exercem livremente o seu mandato, pese embora essa referência seja referente ao exercício da função de deputado na Assembleia da República. Defendo que a disciplina de voto é um instrumento meramente orientador e que pessoalmente sempre defenderei a minha posição quando esta não for alinhada com a da maioria dos membros da bancada pela qual fui eleita.

No que se refere à apresentação e discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, os documentos não são claros quanto à estratégia que o executivo pretende prosseguir, sendo que o que nos é apresentado anualmente é praticamente mais do mesmo, exceção feita a algumas rubricas que pontualmente têm que ser ajustadas.

Ainda assim, a certidão emitida sobre este ponto específico dá conta de que os documentos foram aprovados por unanimidade no executivo.

Partilhei com os vereadores que representam a coligação Trabalho, Verdade e Mudança algumas das minhas preocupações quanto aos destinos do concelho, trabalhámos juntos necessidades quando desenhámos o programa eleitoral, pelo que assente nisso e uma vez que ambos estão em sintonia com a maioria socialista deste executivo, entendo que estarão salvaguardadas as condições para continuar a dar o benefício da dúvida e não votar contra os documentos que estão a ser discutidos.

Por não ser clara, ainda, a estratégia a longo prazo deste executivo e com base no que anualmente tenho vindo a observar, nomeadamente pela necessidade contínua de contratação de empréstimo de curto prazo para gestão de tesouraria, por excessiva contratação serviços externos, por aumento do prazo médio de pagamentos, também não poderei dar o meu voto favorável.

PELO EXPOSTO, EM COERÊNCIA COM OS PRINCÍPIOS QUE ASSUMI PERANTE OS ELEITORES, NA DEFESA INTRANSIGENTE DOS VALORES DA INTIGRIDADE E TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS, NA DEFESA DOS VALORES DA CIDADANIA E DOS MUNICÍPIOS DO CONCELHO DE BELMONTE, ABSTERME-EI NA APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E NO ORÇAMENTO PARA 2019, DEIXANDO A CARGO DA MAIORIA SOCIALISTA A SUA APROVAÇÃO.

José Gonçalves (CDU) tomou a palavra passando a ler a respetiva declaração de voto que será transcrita integralmente e arquivada em pasta própria:

“Declaração de Voto

Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019

Está decorrido um ano de mandato e o balanço que fazemos é que não há nada de verdadeiramente diferente no plano da atuação e intervenção da Câmara Municipal.

Inicia-se agora o segundo ano de trabalho, e o que se constata igualmente é que transitam para 2019 muitas das promessas de 2018, que já transitaram de 2017... portanto, a questão que se coloca é para quando a sua realização efetiva? Não sabemos!

O próximo ano será também, como sabemos, intenso do ponto de vista político. Porém, as GOP que nos são apresentadas ignoram questões centrais como:

1. A rejeição do processo de transferência de competências para 2019, no modo em que foi colocado pelo Governo – num cenário em que se encerram serviços e outros são ameaçados, pelo que é preciso continuar a resistir e a lutar contra essas intenções...

2. O princípio da manutenção do sector da água em baixa na esfera do Município, rejeitando qualquer hipótese ou cenário de agregação ou privatização;

Nenhuma destas questões consta da proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Reafirmamos também uma vez mais que esta maioria e esta Câmara não estão verdadeiramente interessadas no contributo da CDU. Assim, e enquanto a Câmara encarar o estatuto de oposição da forma como o faz, terá sempre a denúncia da CDU!

A maioria apresenta uma proposta de orçamento que comparativamente com a proposta inicial aprovada para 2018, apresenta uma redução global em 481 mil euros, com destaque para a quebra nas despesas de capital em 725 mil euros, com a agravante de que nas receitas de capital há ainda uma previsão de cerca de 300 mil euros que pode não se concretizar.

Além disto, permanece o berbicacho com as Águas de Portugal com reflexos significativos nas receitas e despesas.

Mantém-se uma orientação que vai do assistencialismo à injustiça social, de que é exemplo a redução na participação variável no IRS que beneficia as pessoas com mais rendimentos e a redução do IMI como suposto incentivo à natalidade.

Uma vez mais perdem-se nestas medidas milhares de euros que fazem falta para aplicar em benefício de todos!

O investimento em algumas áreas é absolutamente residual como é o caso do abastecimento de água e águas residuais e resíduos, onde persistem graves carências.

Relativamente aos trabalhadores não se vislumbra qualquer nova visão estratégica.

Para as Freguesias nada de novo!

Consideramos que sem prejuízo de medidas positivas, existe um rumo alternativo, pela qual continuaremos a pugnar, que deverá ter como prioridades os seguintes aspetos:

- A atuação sobre a diversificação e consolidação da base económica como condição para geração de emprego com direitos.

- O desenvolvimento social em torno da intervenção na área social, da valorização da educação e da promoção da cultura nas suas diversas vertentes e o apoio ao associativismo;

- A gestão das águas, saneamento e resíduos como condição para prestar melhor serviço às populações.

Continuaremos a intervir em defesa da população e do concelho no qual acreditamos. Assumimos o voto de abstenção relativamente às propostas das GOP's e Orçamento do Município e da Empresa Municipal, mas como temos dito, não nos absteremos de acompanhar a sua execução e de, a cada momento, exigir que se cumpra aquilo que agora se compromete realizar."

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que faria este plano de forma diferente, mas, a equipa do executivo determinou como prioritário para 2019.

Na questão do regadio para Maçainhas, acrescentaria não seria uma grande opção no plano, mas sim uma pequena opção e, lembrar que o Centro Social de Maçainhas tem 12 camas, sempre esgotadas e, há muito que temos uma lista de espera, pelo que é com muita tristeza que os familiares dos nossos idosos veem não ser possível terminar os últimos anos da sua vida na freguesia que os viu nascer, sendo esta uma prioridade do Centro Social de Maçainhas.

No sábado passado teve o privilégio de contar com a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal, onde ficou definido a importância de arrancar em 2019 com a obra de alargamento, que já está planeada e, o número de camas deve passar para o dobro, mas terá de ter o apoio da Câmara Municipal uma vez que não há apoio da Segurança Social porque se trata de uma ampliação.

Relativamente a todas as opções, há aqui uma aposta na educação, na cultura, nas áreas sociais.

Na última Assembleia Municipal, foi referido que não há desemprego em Belmonte, mas, ou há desemprego ou há quem queira trabalhar pelo que, queremos trazer gente para crescer e apoiar quem cá está.

Pelo que a bancada do PS vai votar favoravelmente.

Após esclarecimentos e discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 4 (PPD/PSD.MPT) contra, 1 voto (CDU) e 1 voto (Patricia Eusébio PPD/PSD.MPT) abstenção e 13 a favor, pelo que as **Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019**, foram aprovados por maioria dos presentes na votação.

4.10. – Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal 2019

O Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- CERTIDÃO -----

**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:** -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

A.3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.22) MAPA DE PESSOAL 2019 -----

----- Foi submetido a aprovação o mapa de pessoal para 2019. -----

----- **A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Mapa de pessoal para os efeitos constantes da alínea o) do n.º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, bem como remeter para apresentação, discussão e aprovação da Assembleia Municipal.** -----

----- *Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 11 de dezembro de 2018.* -----

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que sobre este ponto a bancada do PPD/PSD.MPT irá votar favoravelmente, no entanto gostaria de deixar a nota par que este no quadro de pessoal para 2019 contém já muitos colaboradores considerados precários se possa refletir numa maior capacidade de execução por parte da autarquia.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que o edifício da Câmara Municipal está desadequado, pelo que têm de ser feitas obras para torná-lo mais agradável para quem cá trabalha e, para quem nos visita.

José Gonçalves (CDU) tomou a palavra passando a ler a respetiva declaração de voto que será transcrita integralmente e arquivada em pasta própria:

“Declaração voto

Mapa Pessoal 2019

A CDU continua a lamentar que a obrigatória consulta às entidades sindicais, sobre esta matéria, não seja concretizada.

Quanto à apreciação dos dados constatamos como positivo, que foi feito um esforço considerável em reforçar o Mapa de Pessoal e resolver alguns casos de precariedade.

Todavia, a CDU constata que, no que diz respeito às áreas operacionais, nomeadamente, nos serviços gerais, manutenção e conservação, ambiente, higiene e limpeza o número de trabalhadores é manifestamente reduzido para as necessidades.

O resultado está bem à vista na limpeza urbana, no setor da água, na reparação e conservação, na rede viária, etc. É urgente reparar este erro!

O voto da CDU é de abstenção no Mapa de Pessoal para 2019.

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que a bancada do PS vai votar favoravelmente.

O Presidente da Assembleia informou que se vai fazer a aprovação da ata em minuta, passou-se à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 0 voto contra, 1 abstenção (CDU) e 18 a favor, pelo que o **Mapa de Pessoal 2019**, foi aprovado por maioria dos presentes na votação.*

Antes do próximo ponto, o Presidente da Assembleia, informa que por possíveis incompatibilidades, se vai ausentar durante a apresentação discussão e votação do ponto 4.11., deixando em sua substituição o 1º secretário, Artur Elvas e o quórum com presença de 18 elementos.

4.11 – Apresentação, discussão e deliberação da "Contratação de Empréstimo a Curto Prazo 2019" - Relatório final

O 1º secretário da Assembleia, Artur Elvas passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- **CERTIDÃO** -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

A.3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.19) CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO 2019 -----

----- Foi presente Despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 03/12/2018, mediante o qual se dá início ao procedimento de contratação do empréstimo de curto prazo, para acorrer a necessidades de tesouraria, no montante de 500.000€ pelo prazo de 12 meses.-----

----- **A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, ratificar a abertura de procedimento para contratação de empréstimo a curto prazo, com o Banco Santander Totta, Sa., nos termos conjugados do n.º3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, do n.º 5 do artigo 49º da Lei das Finanças Locais e da alínea f) do n.º1 e n.º 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, bem como remeter para aprovação da Assembleia Municipal.** -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 11 de dezembro de 2018. -----

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que este vem no seguimento do que tem sido feito nos últimos anos, vem dar uma ajuda no início do ano muito significativa para levarmos em frente um conjunto de obras que queremos iniciar.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que já não é um ponto novo nestas assembleias de final de ano, sabendo as razões que estão por trás da necessidade destes empréstimos que são concretamente para pagar um empréstimo anterior.

Os empréstimos bancários sob o ponto de vista de endividamento da autarquia deveriam ter outro objetivo e outra intenção que não as questões de tesouraria, ou seja, de curto prazo e, por essa razão a bancada do PPD/PSD.MPT irá votar contra este empréstimo.

José Gonçalves (CDU) tomou a palavra para informar que a bancada do CDU irá votar favoravelmente.

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que em relação a este ponto recorrer a um empréstimo nunca é positivo, mas que é preocupante também não o é.

Preocupante seria nunca recorrer a um empréstimo porque teríamos uma tesouraria folgada, mas a taxa apresentada é convidativa pelo que a bancada do PS vai votar favoravelmente.

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 5 votos contra (PPD/PSD.MPT), 0 abstenções e 13 a favor, pelo que a **"Contratação de Empréstimo a Curto Prazo 2019" – Relatório final**, foi aprovada por maioria dos presentes na votação.*

Verificou-se a entrada do Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Borralhinho que voltou a assumir a Sessão da Assembleia.

Joana Quelhas (PS) toma a palavra para em nome da bancada do PS desejar a todos um feliz natal, umas boas entradas e umas ótimas saídas.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha apresenta a sua mensagem de natal.

Caras amigas, caros amigos, chegamos a mais uma quadra Natalícia, um tempo de amor e solidariedade, tempo de família e de amigos.

Nem tudo será feliz nas nossas vidas, mas com humildade temos de agradecer tudo que a vida nos dá.

Que as palavras bonitas e os sentimentos de Natal nos acompanhem pelo ano inteiro.

Que seja o renovar de valores, com o melhor que tem o ser humano.

A todos desejo um ponto de encontro com de alegria e muita fé.

Aproveito para desejar um prospero 2019.

Que Belmonte o seu concelho e seja uma terra aventurada e cheia de paz.

Boas Festas!

Antes de terminar a reunião o Presidente da Assembleia propõe a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação.

A mesma foi aceite por unanimidade.

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Municipais;

O Presidente da Assembleia informa não houve inscrições, aproveita a oportunidade para desejar à população, à comunicação social, aos presentes, ao executivo, aos presidentes de junta, aos membros da assembleia um feliz natal e que o ano de 2019 nos traga saúde e repleto de desafios tanto pessoais como profissionais, também agradecer ao Senhor Presidente as lembranças que tem guardadas, assim como o jantar que vai proporcionar os membros da Assembleia Municipal pelo agradece que fica encerrado.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião e sendo 21:00 horas, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, ficando o primeiro secretário encarregado de elaborar a presente ata, para aprovação na reunião seguinte.

E eu, _____, primeiro secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na reunião seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário